

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONTEXTO SOCIAL: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação inclusiva e contexto social [recurso eletrônico] : questões contemporâneas / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação Inclusiva e Contexto Social. Questões Contemporâneas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-431-3 DOI 10.22533/at.ed.313192506 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO VOL. 1

O livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas” foi dividido nos Volumes 1 e 2, totalizando 56 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo de organizar esta coleção foi o de divulgar relatos e pesquisas que apresentassem e discutissem caminhos para uma educação inclusiva permeando contextos sociais distintos.

Neste Volume 1 “A educação inclusiva e os contextos escolares”, foram reunidos 26 artigos que apresentam discussões partindo da formação de professores à aplicação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, não somente da inclusão dos sujeitos com algum grau de deficiência física ou mental, mas também, a partir da inclusão, por exemplo, por meio da pedagogia hospitalar, do jovem e adulto e dos “superdotados”.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de três temáticas principais. São elas: “Deficiência intelectual e inclusão educacional”, “Cegos, surdos e vivências no ambiente escolar” e “Diversidade da educação inclusiva”. Esta coleção é um convite à leitura, pesquisa e a troca de experiências.

Entregamos ao leitor o Volume 1 do livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas”, com a intenção de divulgar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA ASSISTIVA	
Paulo Roberto Silva Sheila Venancia da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.3131925061	
CAPÍTULO 2	11
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO E A EDUCAÇÃO: ANÁLISE INSTITUCIONAL A PARTIR DA ARQUITETURA DE UMA ESCOLA PÚBLICA	
Paulo Emílio Gomes Nobre Adriano de Souza Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3131925062	
CAPÍTULO 3	15
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO AEE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANDRADINA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Izabel de Lourdes Gimenez Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3131925063	
CAPÍTULO 4	28
ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LDB	
Ângela Martins de Castro Daniel de Oliveira Perdigão Mariana Lima Vecchio	
DOI 10.22533/at.ed.3131925064	
CAPÍTULO 5	34
APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS CIENTÍFICOS NO CONTEXTO ESCOLAR A PARTIR DE SITUAÇÕES PROBLEMA: UM ESTUDO DE CASO	
Janete Aparecida Guidi Viviane Gislaine Caetano Auada Elsa Midori Shimazaki Rozana Salvaterra Izidio	
DOI 10.22533/at.ed.3131925065	
CAPÍTULO 6	48
CAPACITAÇÕES DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NO ENSINO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO: SUBSÍDIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Grazielle Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	

DOI 10.22533/at.ed.3131925066

CAPÍTULO 7 54

CONHECIMENTO PRÉVIO COMO MATÉRIA PRIMA PARA O APRENDIZADO: TEORIA DE DAVID AUSUBEL SOB O OLHAR DE MARCO ANTÔNIO MOREIRA

[André Luiz Borges da Silva](#)

[Thaís Ayres da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925067

CAPÍTULO 8 61

CONTRIBUIÇÕES DA TUTORIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

[Aline Soares Guimarães](#)

[Angélica Marinna Cardoso Mota](#)

[Camila Alves Lima Gomes](#)

[Sinara Pollom Zardo](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925068

CAPÍTULO 9 76

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

[Caroline Thaís Both](#)

[Andressa da Silveira](#)

[Cristina Numer](#)

[Neila Santini de Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925069

CAPÍTULO 10 88

DIFICULDADES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ADOLESCENTES COM CÂNCER NA EDUCAÇÃO BÁSICA

[Cristina Bressaglia Lucon](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250610

CAPÍTULO 11 99

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO DA ESCOLA DO CAMPO

[Taiana Furtado dos Anjos](#)

[Allan Rocha Damasceno](#)

[Pedro Clei Sanches Macedo](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250611

CAPÍTULO 12 111

EDUCAÇÃO INTEGRAL E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DOS SUJEITOS APRENDENTES

[Gleiciane Álice Oliveira de Carvalho](#)

[Andrezza Belota Lopes Machado](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250612

CAPÍTULO 13 124

JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS: QUESTÕES DA VIDA ADULTA

[Thais da Silva Oliveira](#)

[Gabriela Brutti Lehnhart](#)

Sabrina Fernandes de Castro
DOI 10.22533/at.ed.31319250613

CAPÍTULO 14 136

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM GRUPO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Solange Regina Alves André
DOI 10.22533/at.ed.31319250614

CAPÍTULO 15 146

O CONTEXTO DAS DIFERENÇAS: CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Cheila Dionísio de Mello
DOI 10.22533/at.ed.31319250615

CAPÍTULO 16 157

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Marcus Edson Carilo de Mello Vieira
Tâmara Gabriella de Souza Cardoso
Joslei Viana de Souza
DOI 10.22533/at.ed.31319250616

CAPÍTULO 17 164

O TRABALHO INTERDISCIPLINAR COMO POTENCIALIZADOR DE APRENDIZAGENS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fabiana Neves Bertolin
Edí Marise Barni
DOI 10.22533/at.ed.31319250617

CAPÍTULO 18 175

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Karolini Galimberti Pattuzzo Breciane
Isabel Matos Nunes
DOI 10.22533/at.ed.31319250618

CAPÍTULO 19 189

OS PARQUES INFANTIS: ANÁLISE LEXICAL DE TEXTOS SOBRE ESSES ESPAÇOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS

Aline de Novaes Conceição
DOI 10.22533/at.ed.31319250619

CAPÍTULO 20 199

PEDAGOGIA HOSPITALAR E INCLUSÃO: UM DIREITO À EDUCAÇÃO

Maria Elaine Gonçalves de Menezes Pinheiro
Maria Roseane Gonçalves de Menezes
Jocilene Maria da Conceição Silva
DOI 10.22533/at.ed.31319250620

CAPÍTULO 21 208

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE ATITUDES SOCIAIS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO INTRODUTÓRIO

Felipe Rodrigues Martins

Sandra Regina Barbosa
Edicléa Mascarenhas Fernandes
DOI 10.22533/at.ed.31319250621

CAPÍTULO 22 215

PISTOLA: UMA HISTÓRIA INTERDISCIPLINAR, CAMINHOS DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Giovana Toscani Gindri
Nathalia Neresi Pavanelo
Raquel Brondísia Panizzi Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31319250622

CAPÍTULO 23 227

O PROEJA : POR UMA POLÍTICA PÚBLICA CONTÍNUA

Maria Luzenira Braz
Divina Elecir de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.31319250623

CAPÍTULO 24 237

PROTAGONISMO DO CORPO DISCENTE COMO PRÁTICA INOVADORA E INCLUSIVA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FTESM

Bárbara de Britto Terra Nova Gonçalves
Viviane da Costa Bastos

DOI 10.22533/at.ed.31319250624

CAPÍTULO 25 249

TECNOLOGIA ASSISTIVA: COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NO CONTO E RECONTO DE HISTÓRIA NA ESCOLA

Débora Deliberato
Fernanda Delai Lucas Adurens

DOI 10.22533/at.ed.31319250625

CAPÍTULO 26 260

MODOS DE SER AMOROSO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO SURDO NA SUA RELAÇÃO COM UM OUVINTE: O CASO DA PELÍCULA JAPONESA “HIDAMARI GA KIKOERU” (2017)

DE DAISUKE KAMIJÔ

Rute Léia Augusta da Silva
Hiran Pinel
Vitor Gomes

DOI 10.22533/at.ed.31319250626

SOBRE O ORGANIZADOR..... 275

O CONTEXTO DAS DIFERENÇAS: CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Cheila Dionísio de Mello

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Curitiba - PR

RESUMO: O objeto de estudo deste trabalho propõe uma reflexão em relação à educação especial pelo viés das concepções da diferença. Desta forma, visa romper com a visão clínico patológico atribuída aos sujeitos público-alvo da educação especial. A metodologia utilizada apresenta caráter qualitativo, pautada em uma revisão bibliográfica de autores e obras que colocam em discussão os aspectos da educação especial, pensada pela perspectiva da diferença. O referencial teórico que está pautado este trabalho coloca em diálogo autores como DELEUZE (1999); CARVALHO (2014); MANTOAN (2006); SILVA (2006); SKLIAR (1999, 2003, 2006); RODRIGUES (2006). Constatou-se no decorrer do trabalho a compreensão da diferença como uma construção social histórica e cultural em constante movimento, que se pauta na subjetividade a qual cada sujeito se identifica e a partir daí constrói sua representação de mundo. Ressaltamos ainda, a importância de um olhar pela deficiência pelo viés da diferença, do modelo social de deficiência, visando romper com o modelo clínico patologizante, que coloca o sujeito em situação de marginalizado.

PALAVRAS-CHAVE: diferença; deficiência;

educação especial.

ABSTRACT: The object of this study proposes a reflection on specialized education using conceptions of difference. In this way, it aims to break with the pathological clinical vision attributed to the target audience of special education. The method used presents a qualitative nature, based on a bibliographical review of authors and works that bring the aspects of special education to discussion, thought by the perspective of difference. The theoretical framework that guides this work places dialogues among authors such as DELEUZE (1999); CARVALHO (2014); MANTOAN (2006); SILVA (2006); SKLIAR (1999, 2003, 2006); RODRIGUES (2006). In the course of the work, it was clear the understanding of difference as a historical and cultural social construction in constant movement, based on the subjectivity to which each subject identifies herself and from there develops his representation of the world. We also emphasize the importance of an interpretation of disability using the point of view of difference, of the social model of disability, in order to break with the pathological clinical model, which places the subject in a marginalized situation.

KEYWORDS: difference; disability; special education.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a educação especial e inclusiva, nas últimas décadas, tem se intensificado em torno da construção de uma educação que seja de qualidade e para todos. Nesta perspectiva, este trabalho tem como objeto de estudo uma reflexão em relação à educação especial pelo viés das concepções da diferença. Assim, objetiva provocar a ruptura sobre a visão clínico patológica atribuída aos sujeitos público-alvo da educação especial. Serão colocados em discussão os aspectos que norteiam diferença e deficiência, visando compreender como tais termos se relacionam no campo da educação.

Mas afinal, a que diferença está se referindo? Quem define a diferença? O que se entende por diferença neste contexto social? Quem são os sujeitos da diferença? Muitas interrogações são levantadas quando se discute as relações sociais e de poder em uma sociedade pautada por valores ora em crise. Ao se pensar nas questões atinentes a conceitualização do termo diferença, o que deve ser consenso unânime é o fato de que o diferente não é simplesmente o não igual, mas transcende a não identificação do outro com os outros. “Trata-se de uma edificação permeada de aspectos culturais, históricos e políticos” (CARVALHO, 2014, pag.10).

As diferenças não podem ser vistas como meros desvios da norma ou como simples resultados de comparações entre os sujeitos. As diferenças precisam ser compreendidas levando em consideração, a posição social de cada distinto sujeito, o seu lugar de fala, de anúncio, bem como, suas relações com os demais sujeitos e com o contexto social. “Aplicado a pessoas, o vocábulo diferença é, particularmente, polissêmico e polifônico pela multiplicidade de perspectivas de que se reveste nas práticas sociais” (CARVALHO, 2014, pag.13), principalmente na medida em que se apoia em condições subjetivas, as quais demarcam a individualidade de cada ser: sua raça, sua cor, sua classe social, seu gênero, suas características físicas, intelectuais, culturais. Os conjuntos de tais formas de identificação definem conseqüentemente o lugar de cada indivíduo na sociedade.

Ao se tratar da conceitualização e diferenciação dos termos deficiência e diferença amparou-se no exposto por Bueno (1998) quando se refere à deficiência, relacionando-a as questões de saúde, as patologias, indicando um quadro clínico, terapêutico, ou seja, alguém que necessita de tratamento visando à cura, a erradicação, a prevenção de um “mal a ser evitado”, em contrapartida, o termo diferença pode ser definido referindo-se à questão social, cultural e linguística. Entretanto, para o autor, esta distinção conceitual de termos deve ser questionada por nós estudiosos:

Essa distinção entre a diferença e a doença/deficiência não pode ser considerada, por nós estudiosos, como meramente retórica, pois é conceitual, portanto, teórica, e quanto mais solidamente enfrentada, mais nos oferece possibilidades de densidade em nossas análises (que, redundantemente, queiramos ou não, são teóricas) (Bueno, 1998, p.06).

Se vive em uma sociedade marcada pela diversidade/multiplicidade das diferenças

humanas, sejam elas físicas, sociais, étnicas, econômicas, culturais, religiosas etc. Porém, tal sociedade integra também “os indivíduos que não se encaixam nos chamados padrões de normalidade física ou mental, devido a causas acidentais ou congênitas que os tornaram pessoas com deficiências e enfrentam barreiras sociais diferenciadas” (SILVA, 2006, p. 118). Condições diferentes proporcionam também oportunidades de acesso diferenciadas que interferem na vida cotidiana de uma pessoa, uma vez que o meio atribui valor ao indivíduo de acordo com sua posição social. “A rejeição à diferença na nossa sociedade é um fenômeno que tem como referente o modelo jovem, masculino, cristão, heterossexual, produtivo, branco e fisicamente perfeito” (SILVA, 2006, p. 118). Neste sentido, conceito de deficiência condiciona-se às instâncias valorativas do contexto social.

Desta forma, a abordagem metodológica que caracteriza este estudo é qualitativa e como tal, preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, busca-se a compreensão e explicação dos fatos, dos acontecimentos sociais, políticos e históricos, através de um confronto de dados e informações obtidas. Afirma-se ainda, que a pesquisa qualitativa envolve e trabalha com “[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 14).

O SER DA DEFICIÊNCIA E O SER DA DIFERENÇA

No contexto deste trabalho, faz-se necessário refletir sobre a estrutura de pensamento da sociedade atual. Ao estudar a construção do pensamento crítico-reflexivo proposto por Hegel, verifica-se que toda ideia – tese – pode ser contestada através de uma ideia contrária, a antítese. Assim, o processo é regido por uma lógica dialética. No entanto, longe de prejudicar a tese, a discussão entre duas ideias opostas daria origem a síntese que seria uma ideia aperfeiçoada. O método dialético proposto por Hegel inclui a noção de movimento, processo ou progresso para chegar ao resultado do conflito de opostos.

A dialética de acordo com o pensamento de Hegel pode ser assim entendida conforme acentua Meneses (2006):

(...) seu método e seu sistema são “dialéticos”, e assim, a cada passo, as contradições vêm corroer por dentro as afirmações obtidas e as elevam a um novo patamar de realidade e compreensão, em que são “suprassumidas”, ou seja, ao mesmo tempo ‘negadas’ na sua figura original e ‘conservadas’ na sua essência profunda, num nível superior (MENESES, 2006, p. 20).

A lógica da dialética de Hegel ajuda a compreender a ideia de conflito das diferenças, para exemplificar, pode-se citar o conflito da burguesia que surge como “solução” contra a opressão da igreja e da monarquia, contudo, esse modelo de relação de poder altera o opressor e não o sujeito oprimido, pois a burguesia passa a

oprimir o povo através do poder econômico ao invés do clero e da monarquia. Desta mesma maneira, analisa-se o surgimento da meritocracia como proposta de solução do sistema corrupto de nepotismo ou “indicação divina”, quando para esse último, apenas os que merecem são mais aptos para determinadas funções, entretanto a meritocracia falha em romper o paradigma da manutenção do status quo, já que são sempre das mesmas classes sociais os que são considerados os mais aptos (os que merecem). Assim, mais uma vez, percebe-se a dialética do conflito proposta por Hegel. Para corroborar, Gadotti (1997) destaca o seguinte:

Hegel concebe o processo racional como um processo dialético no qual a contradição não é considerada como “ilógica”, paradoxal, mas como o verdadeiro motor do pensamento, ao mesmo tempo que é o motor da história, já que a história não é senão o pensamento que se realiza. O pensamento não é mais estático, mas procede por contradições superadas, da tese (afirmação) à antítese (negação) e daí à síntese (conciliação). Uma proposição (tese) não existe sem oposição a outra proposição (antítese). A primeira proposição será modificada nesse processo de oposição e surgirá uma nova. A antítese está contida na própria tese que é, por isso, contraditória. A conciliação existente na síntese é provisória na medida em que ela própria se transforma numa nova tese (GADOTTI, 1997, p. 18)

Em contraponto ao que se apresentou acima é interessante trazer para o diálogo um dos filósofos que discute as questões ligadas à diferença: Gilles Deleuze. Em sua obra, *Bergsonismo*, Deleuze (1999) traz uma crítica ao pensamento dialético de Hegel o qual, expõe que

[...] mas o que vale uma dialética que acredita poder reencontrar o real, quando compensa a insuficiência de um conceito muito amplo ou muito geral apelando ao conceito oposto, não menos amplo e geral? O concreto jamais será reencontrado, combinando-se a insuficiência de um conceito com a insuficiência do seu oposto; não se reencontra o singular, corrigindo-se uma generalidade por outra generalidade (DELEUZE, 1999, p. 33).

Para Deleuze, Bergson (filósofo e diplomata francês, conhecido entre outros ensaios, pela sua filosofia pautada no princípio da negação) é incompatível com a teoria da dialética, pois ela questiona a valia da oposição entre dois conceitos amplos (tese e antítese) na construção do real. “Na dialética, Bergson reprova o falso movimento, isto é, um movimento do conceito abstrato, que só vai de um contrário ao outro à força de imprecisão” (DELEUZE, 1999, p. 33).

Bergson apresentado por Deleuze (1999) traz uma crítica em relação ao conceito da dialética de oposição defendida por Hegel, pois ele não parte de uma oposição, ele parte do princípio da diferença de natureza. Enquanto Hegel trata de conceito de oposição para gerar um novo conhecimento como, por exemplo: ordem e desordem gerando uma nova ordem, Bergson defende a existência de um outro conceito, pois há diferentes naturezas de ordem, a partir do modo como cada sujeito, subjetivamente, percebe essa ordem. Isso difere da estrutura de pensamento hegeliano onde elege-se um padrão e tudo o que difere deste padrão é oposto. Infere-se que esse tipo pensamento pode contribuir para o surgimento e desenvolvimento das formas discriminatórias.

Com base nas reflexões que Bergson provoca a pensar, entende-se que não há espaço para “norma” ou “padrão”, logo, não há oposição e sim uma proposta em perceber o outro, não como oposto, mas como diferente na sua diferença de natureza. Nesse contexto, Deleuze expõe que “o essencial do projeto de Bergson é pensar as diferenças de natureza independentemente de toda forma de negação: há diferenças no ser e, todavia, nada há de negativo” (DELEUZE, 1999, p. 35-36).

A estrutura de pensamento da sociedade é construída tomando como base a dialética de negação hegeliana, o que é provável que esteja contribuindo para uma visão depreciativa e discriminatória dos sujeitos público-alvo da educação especial, agravando as questões discriminatórias já que são tidos como “anormais” ou fora do “padrão” e “deficientes”. Quando se relaciona a educação especial pela perspectiva do modelo social de deficiência ao conceito de diferença sob a ótica de Bergson, opõem-se à estrutura de pensamento hegeliano, pautado na marginalização do outro, do diferente.

Verifica-se então que a sociedade está condicionada a pensar com base nas concepções da estrutura hegeliana, entretanto, a partir do posicionamento filosófico de Bergson, evidencia-se a necessidade de uma nova postura de pensamento na qual a diferença seja compreendida como “não oposição” ou “não negação”, em que o sujeito não seja colocado numa posição de subalternização (DELEUZE, 1999).

Pelo discurso de Deleuze, os conceitos filosóficos pautam-se princípios que podem ser percebidos além da abstração e aplicados de tal maneira que, do mesmo princípio, nascem vários e diferentes conceitos, já que a sua origem remete as relações sociais e do conflito dos opostos e da diferença. Isto posto, entende-se que das relações exteriores ao sujeito percebe-se a objetividade e estas criam critérios interiores no sujeito, que é a subjetividade.

Dentro do contexto e posicionamento filosófico dos autores acima citados, pode-se pensar na multiplicidade de diferenças, bem como, na singularidade atinente a valorização que é dada por cada sujeito de acordo com sua vivência. A diferença pode ser entendida como um posicionamento definido com base em uma interpretação individual, singular. “A diferença, assim, não constitui um ponto de vista, mas uma distância que separa de um outro ou outros” (SKLIAR, 2003, p. 40). Ou seja, há perspectivas diferentes (singulares e plurais), nas quais o sujeito compreende o outro, como um outro, que é diferente de mim.

Pode-se então, alinhar as ideias apresentadas aos estudos de Skliar, pois para Skliar (2006) diferença não é opor um ao outro, e sim é a alteridade com a qual cada indivíduo se vê e é visto pelo outro. O sujeito deficiente é constantemente discriminado e excluído da sociedade, com frequência este indivíduo é visto e tratado pela sociedade como carente, incapaz, doentio. Invisibilizando-o como sujeito pertencente de uma nação, cidadão e sujeito político, capaz de articular-se em movimentos sociais, “possuidor de sexualidade, religião, etnia, classe social, idade, gênero e atores/ produtores de narrativas próprias” (SKLIAR, 1999, p. 17).

É ressaltada ainda pelo autor, a ideia de que a deficiência se constitui, simplesmente, como um fato biológico e com características universais, deveria ser problematizada epistemologicamente. Para tanto, é essencial trazer um novo posicionamento ao se pensar a deficiência, inverter “aquilo que foi construído como norma, como regime de verdade e como problema habitual”, colocar em discussão a sua essência, o seu contexto político, social, econômico e cultural, bem como compreender onde está localizada a deficiência. Skliar (1999) aponta mais detalhadamente sobre o contexto da deficiência:

(...) a deficiência não é uma questão biológica e sim uma retórica social, histórica e cultural. A deficiência não é um problema dos deficientes ou de suas famílias ou dos especialistas. A deficiência está relacionada com a própria ideia da normalidade e com sua historicidade (SKLIAR, 1999, p. 18).

O que se quer dizer é que a deficiência, não deve estar pautada de forma única e centrada apenas pelo modelo clínico, patológico. Este sujeito com deficiência é um sujeito sócio-histórico e cultural, que não deve ser homogeneizado, infantilizado e, de certa forma naturalizado, visto apenas, sobre aquilo que está faltando em seus corpos, em suas mentes e em sua linguagem.

Carvalho (2014, p. 16) mostra que “as experiências individuais são únicas para cada sujeito, deficiente ou não”. Esclarece ainda, que cada acontecimento varia enormemente em significado de um sujeito para o outro. Deve-se levar em consideração, que o fato de um determinado grupo de sujeitos estarem em situação de deficiência, não significa que estas pessoas vivenciarão as mesmas limitações, ou seja, esta característica (estar em condição de deficiência) não determina a experiência de deficiência de cada um.

Observa-se no exposto por Skliar (1999), que o discurso da deficiência, como tal, tende a mascarar a questão política da diferença, das diferenças étnicas, culturais, raciais, de gênero, pois “nesse discurso a diferença passa a ser definida como diversidade que é entendida quase sempre como a/s variante/s aceitáveis e respeitáveis do projeto hegemônico da normalidade”. Para o autor, a diversidade em contextos mais amplos, retrata uma estratégia conservadora que obscurece, o significado político das diferenças culturais. Assim, cabe destacar que o “conceito de diferença não substitui, simplesmente, o de diversidade, ou de pluralidade, e muito menos o de deficiência ou necessidades especiais; também não ocupa o mesmo espaço discursivo” (SKLIAR, 1999, p. 22).

De modo a auxiliar na compreensão do termo diferença, bem como diferenciação de deficiência, anormalidade e diversidade, Skliar apresenta algumas marcas que possibilitam a compreensão do termo, as quais são pertinentes neste contexto:

[...] as diferenças não são uma obviedade cultural nem uma marca de “pluralidade”; as diferenças se constroem histórica, social e politicamente; não podem caracterizar-se como totalidades fixas, essenciais e inalteráveis; as diferenças são sempre diferenças; não devem ser entendidas como um estado não desejável, impróprio, de algo que cedo ou tarde voltará a normalidade; as diferenças dentro de uma

cultura devem ser definidas como diferenças políticas - e não simplesmente como diferenças formais, textuais ou linguísticas[...]; a existência de diferenças existe independentemente da autorização, da aceitação, do respeito ou da permissão outorgado da normalidade (SKLIAR, 1999, p. 22-23).

Destarte, como exemplo de distinção entre os termos deficiência e diferença pode-se destacar a forma de tratamento em relação ao sujeito Surdo, que ao invés de ser visto e caracterizado pela figura do deficiente da linguagem, do deficiente auditivo, poderia ser visto como minoria linguística, criando e constituindo uma diferença política. Ou como coloca o Skliar (1999, p. 23) “em vez de afirmar que são deficientes, dizer que estão localizados no discurso da deficiência”.

Entende-se que as diferenças são constituídas e definidas nos parâmetros da sociedade, visto que não existe diferença sem que já exista um grupo social, o qual dá sentido, cria distinções. É um determinado grupo que coletivamente conceitualiza uma diferença, atribuindo a ela importância e valor. Silva (2006, p. 114) diz que “a diferença é, portanto, socialmente formulada, na razão particular da existência dos grupos sociais que são definidos pelos tipos de interação e intensidade dos conflitos”. Entretanto, este é um campo complexo e paradoxo, pois ora apela-se ao individualismo, no intuito de incentivar a diferença “seja diferente, assegure sua identidade” e ora objetiva-se mapear, identificar quem é quem, podendo assim controlar os sujeitos, no intuito de “manter um equilíbrio de forças e, no limite, tornar esse outro diferente enquadrado nos padrões de diversidade necessária e, quiçá, mais um elemento exótico para ser mostrado como prova de tolerância social” (SILVA, 2006, p. 116). Assim, a diferença ainda não é tida como perspectiva emancipadora, mas como um mecanismo de identificação e controle, estreitamente relacionado às relações de dominação e poder.

A mesma autora remete a pensar ainda, sobre a leitura social que é feita das diferenças, apontando para os estigmas, valores negativos que são carregados de “atitudes, preconceitos, estereótipos e estigmatização que delegam à pessoa ‘portadora’ (termo utilizado pelo autor) de deficiência o lugar de cidadão de segunda categoria na sociedade”. Tais estigmas, neste contexto, são atribuídos a uma condição existencial, constituídos no arranjo das relações sociais “a partir do que é construído ideologicamente acerca do outro” (SILVA, 2006, p. 117).

No intuito de compreender, conceituar quem são estes sujeitos da diferença e da deficiência, convém refletir sobre a identificação de três parâmetros sociais desenvolvidos por Amaral (1995), para a definição da “diferença significativa” ou deficiência como desvio ou anormalidade.

O primeiro refere-se ao critério estatístico que impõe uma “média aritmética” dos valores sociais que predominam. Cita como exemplo a existência de uma altura média do homem brasileiro, assim como uma frequência média de escolhas profissionais por gênero. O segundo diz respeito às características da espécie humana, que tem na sua “vocação” genética uma forma e função, uma estrutura própria que a diferencia de outros seres; e, por último, o parâmetro que compara determinada pessoa com um tipo ideal construído pelo grupo dominante (Amaral, 1995, p. 17).

Compreende-se, desta forma, como a sociedade é discriminadora e reprodutora de formas de opressão. Ao impor parâmetros tidos como normais característicos de um grupo social majoritário, passa a classificar, diferenciar aqueles sujeitos, que em determinado momento fogem as normas, as regras previamente estipuladas, e assim são colocados as margens da sociedade.

Considera-se veementemente que o conceito de deficiência não pode julgar apenas os aspectos de lesão, perdas ou alterações orgânicas, para tanto enfatiza-se também “os aspectos sociais que a tornam um fenômeno de subalternidade” (SILVA, 2006, p. 118). Desta forma, concorda-se com Diniz (2003, p. 1), ao afirmar que “deve-se entender deficiência como um conceito amplo e relacional. É deficiência toda e qualquer forma de desvantagem resultante da relação do corpo com lesões e a sociedade”.

Silva (2006) complementa ao enfatizar que a “deficiência não é uma condição estática, natural e definitiva, ela está inscrita nas relações e interações que determinam seu entendimento na sociedade”. Assim, a diferença surge no processo de produção da existência dos povos, em locais e momentos históricos distintos, em situações e condições distintas. A deficiência é evidenciada, quando as características de um indivíduo em relação aos seus pares se distanciam, colocando-o em situação de desvantagem, incapacidade em relação à norma majoritária, que marginaliza o sujeito da diferença. Numa sociedade que prima pelo padrão da normalidade, as pessoas em situação de deficiência ficam em desvantagem no processo de construção de suas identidades, porque não se enquadram com o padrão estabelecido como ideal, sendo então, colocadas num espaço de diferenciação, sendo alvos de críticas, uma vez que estão fora do que é socialmente esperado.

O termo diferença é constantemente utilizado de forma errônea e discriminadora, principalmente quando pautado no discurso moderno referente às diferenciações na educação, sobre as maiores ou menores limitações de cada estudante, diferenciando-os, pelas suas características individuais. Neste sentido, Rodrigues (2006), traz uma importante reflexão, ao expressar que:

Apesar do termo “alunos diferentes” ser abundantemente usado, isso não significa que ele tenha um entendimento claro. Frequentemente o termo “diferente” é usado como um “*alter nomine*” de “deficiente” (sinalização de um qualquer problema num aluno). Tal como no período integrativo existiam os “deficientes” e os “normais” encontramos agora os “diferentes” e os “normais” (RODRIGUES, 2006, p. 304).

Convém pensar sobre o valor empregado ao termo diferença, de acordo com o modo, lugar e a forma como é utilizado, uma vez que se trata de uma palavra de grande valor simbólico e representacional. Afinal, o que significa ser diferente? A sociedade estipula e determina padrões de normalidade, e para tudo, que pouco ou muito, se distância desta regra o conceito de diferente é empregado. Para tanto, ser diferente para a aceção da sociedade atual é fugir das regras da normalidade, passando a pertencer a um espaço no qual os valores atribuídos o caracterizam como,

por exemplo, uma pessoa com deficiência. Entretanto, compreende-se que para a diferença, não existe critério objetivo, uma estrutura que a determine, e que possa determinar um sujeito como diferente. “A diferença é antes de mais uma construção social historicamente e culturalmente situada” (RODRIGUES, 2006, p. 305).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os aspectos apresentados nesse trabalho é pertinente o que proclama Skliar (2006) ao expor que não há alguma coisa que não seja diferença, que não possa deixar de ser diferença, afinal são as diferenças que constituem os sujeitos. Então, deve-se entender a diferença como constitutiva da identidade de cada sujeito, o que os determina como seres sociais, com características individuais. Identidade esta, que deve ser conceituada no campo da diversidade e da alteridade, em contraposição a ideia de identidade fixa, permanente, pois resulta de experiências construídas na multiplicidade de relações sociais, ou seja, é constantemente remodelada.

Assim, “as diferenças não podem ser apresentadas nem descritas em termos de melhor e/ou pior, bem e/ou mal, superior e/ou inferior, positivas e/ou negativas, maioria e/ou minoria. São simplesmente, diferenças” (SKLIAR, 2006, p. 23).

Pode-se concluir, em concordância com Mantoan (2006), quando incita a pensar sobre as formas opressoras provocadas pelas escolas ao buscar homogeneizar os seus estudantes. Neste sentido, a autora expõe que

“Igualar ou apagar as diferenças é tornar a crise educacional cada vez mais aguda, ainda que geralmente a escola pense o contrário, em sua busca de homogeneidade e do mérito que tanto contradizem os princípios de uma sociedade verdadeiramente democrática” (MANTOAN, 2006, p. 186).

Neste contexto, ressalta-se a importância de um olhar pela deficiência pelo viés da diferença, do modelo social de deficiência, visando romper com o modelo clínico patologizante, que entende a deficiência como forma de exclusão social de um grupo minoritário, oprimido, diferentemente dos objetivos propostos pela visão do modelo social de deficiência que reflete sobre o comprometimento da sociedade ao impor limitações físicas, restrições externas que inviabilizam a plena participação do sujeito. O que se busca promover neste modelo é a aceitação das diferenças e a remoção da deficiência como impossibilitadora de avanços e conquistas do sujeito, a necessidade de ser entendida como um fenômeno cultural e histórico. É a superação da necessidade de cura, de reabilitação, de remediar a deficiência e de entendê-la como uma “tragédia pessoal”.

Para concluir, mas sem finalizar, provoca-se para uma importante questão da qual Carvalho (2014), já propôs uma reflexão a todos, família, escola e sociedade: deseja-se ser iguais aos outros ou pretende-se preservar as diferenças que garantem a subjetividade, a alteridade?

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Lígia Assunção. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial, 1995.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Surdez, linguagem e cultura**. Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 46, p. 41-56, Sept. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300005&lng=en&nrm=iso> Acesso em 15/07/2017.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 6ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2014.
- DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. Traduzido por Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 1999. Disponível em <http://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/12/DELEUZE-Gilles.-Bergsonismo1.pdf>. Acesso em 23/06/2018.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Traduzido por Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- DINIZ, Débora. **Modelo social da deficiência: a crítica feminista**. Brasília: Letras Livres, 2003. (Série Aniz, 28).
- FREITAS, Maria Tereza; JOBIM E SOUZA, Solange e KRAMER, Sonia. **Ciências Humanas e Pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin**. Coleção Questões da Nossa Época, volume 107. São Paulo: Cortez, 2003.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. **O Direito de ser, sendo diferente, na escola**. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, p. 15-34, 2006.
- MENESES, Paulo. **Abordagens hegelianas**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.
- SILVA, Luciene Maria. **A deficiência como expressão da diferença**. Educ. rev. n. 44 Belo Horizonte dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n44/a06n44.pdf>
- SKLIAR, Carlos. **A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade**. Educação & Realidade, v. 24, n. 2, 1999.
- SKLIAR, Carlos. **Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou de como acabar de uma vez por todas com as velhas-e-novas-fronteiras em educação**. Proposições, v. 12, n. 2-3, p. 11- 21, jul.- nov. 2001
- SKLIAR, Carlos. **A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”**. In: Ponto de Vista, Florianópolis, n.05, p. 37-49, 2003. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1244>> Acesso em 14/03/2017.
- SKLIAR, Carlos. **A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”**. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, p. 15-34, 2006.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-431-3

